

OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO ENSINO REGULAR

THE CHALLENGES OF INCLUSIVE SPECIAL EDUCATION IN REGULAR EDUCATION

Felipe Maia de Assis¹

Resumo: A inclusão no Brasil ainda constitui um desafio. Apesar de passados ao menos duas décadas da consolidação de muitos dos direitos dos deficientes ainda se enfrenta uma série de obstáculos para a que o processo inclusivo tanto na educação especial quanto no próprio ensino regular de fato aconteça. Muito se avançou, mas alguns percalços ainda devem ser superados. O presente trabalho objetiva realizar uma reflexão sobre a importância da educação inclusiva na Educação Infantil e o que fazer

a respeito. Dentre os objetivos específicos, falar sobre o ordenamento jurídico e o direito assegurado a inclusão; refletir sobre o quão importante é o processo inclusivo; tratar sobre o papel da família e a postura do professor nesse contexto. Como embasamento teórico utilizou-se de diversos autores e alguns exemplos de sucesso de inclusão sobre o tema em questão. Verifica-se ao longo do trabalho que a elaboração de conteúdos inclusivos, apontando uma práxis inclusiva; constituindo este como um desa-

¹ Mestrando em Educação pela Fundação Universitária Iberoamericana



ção a ser enfrentado pelas instituições especializadas e também pelas escolas regulares, como uma nova forma de repensar e reestruturar as estratégias educativas além de criar oportunidades efetivas de acesso para alunos portadores de necessidades especiais no ensino regular.

Palavras-Chave: Inclusão. Alunos. Educação Infantil.

Abstract: Inclusion in Brazil is still a challenge. Despite at least two decades after the consolidation of many of the rights of the disabled, a series of obstacles are still being faced for the inclusive process, both in special education and in regular education itself, to actually take place. Much progress has been made, but some obstacles still need to be overcome. The present work aims to reflect on the importan-

ce of inclusive education in Early Childhood Education and what to do about it. Among the specific objectives, talk about the legal system and the guaranteed right to inclusion; reflect on how important the inclusive process is; deal with the role of the family and the teacher's position in this context. As a theoretical basis, several authors and some examples of successful inclusion on the subject in question were used. It is verified throughout the work that the elaboration of inclusive contents, pointing to an inclusive praxis; constituting this as a challenge to be faced by specialized institutions and also by regular schools, as a new way of rethinking and restructuring educational strategies, in addition to creating effective opportunities for students with special needs to access regular education.

Keywords: Inclusion. Students. Child education.

INTRODUÇÃO

A inclusão de alunos com deficiência na Educação Infantil ainda é um aspecto desafiador para muitos professores. Em alguns estabelecimentos de ensino fez-se necessário construir tal interação de modo muito tranquilo, não provocando sustos nem que tal fato se sucedesse com rapidez atropelando etapas.

Trata-se de um projeto que contribui para a criação de vínculos afetivos entre as crianças e o professor, fato que interfere de forma positiva no desempenho da turma.

A inclusão na educação infantil é um tema de extrema importância e relevância nos dias de hoje. Garantir que todas as crianças, independentemente de

suas habilidades, origem étnica, socioeconômica ou condição física, tenham acesso a uma educação de qualidade é um desafio enfrentado por educadores, famílias e comunidades em todo o mundo.

Os desafios da inclusão na educação infantil são variados e multifacetados. Um dos principais obstáculos está na identificação e atendimento das necessidades individuais de cada criança. Cada criança é única e traz consigo um conjunto diversificado de habilidades, talentos e desafios. Portanto, é fundamental que os professores estejam preparados para adaptar suas práticas pedagógicas e oferecer um ambiente acolhedor e estimulante para todas as crianças, independentemente de suas diferenças.

O objetivo primordial deste artigo é refletir sobre o processo inclusivo no contexto

da Educação Infantil. Dentre os objetivos específicos falar sobre a inclusão; tratar sobre o ensino regular; descrever as implicações da inclusão no contexto do ensino regular.

A importância maior de tal realização será certamente, colher os frutos futuramente, colocando cada vez mais jovens mesmo com potencialidades limitadas em razão de algum problema físico ou mental no mercado de trabalho, construindo assim um Brasil de igualdade onde os direitos de todos são respeitados.

Nesse sentido, verifica-se que em termos de realidade brasileira, a inclusão, educação inclusiva, escola inclusiva classificam-se como expressões que ganham notoriedade nos meios acadêmicos e científicos, também nas políticas educacionais e em todos os documentos que dão

embasamento para a educação como um todo.

QUESTÕES IMPORTANTES SOBRE A INCLUSÃO

O debate sobre a Educação Especial não é algo recente e remota ao século XX. Com o advento da Declaração dos Direitos Humanos, no ano de 1948, nasceu a inspiração para que as famílias que tinham membros portadores de necessidades especiais e outras pessoas da sociedade engajadas na causa realizaram inúmeros debates lutando a favor dos direitos a receber tratamento como cidadãos comuns, que além de direitos também teriam deveres, independentemente de suas limitações físicas, motoras etc. (BISSOTO, 2011).

São inúmeras as ações para assegurar tais direitos e o acesso aos sistemas de saúde, la-

zer, esporte e educação assim como a bens e serviços públicos de natureza diversa. Todavia, o preconceito enraizado no seio da sociedade impõe uma condição que lhes tiram a oportunidade de gozar tais direitos segregando-os a tratamento em clínicas especializadas. Em outras palavras, as pessoas portadoras de necessidades especiais ainda são vistas pela sociedade como pessoas desprovidas de habilidades, inclusive dentro de suas próprias casas e muitas vezes são escondidas por seus familiares (BISSOTTO, 2011).

Contando a escola enquanto o universo onde se realização a formação e a aquisição de novos conhecimentos para as pessoas, onde elas podem se relacionar, não está alheia à situações de discriminação. Principalmente com relação a educação inclusiva, a integração expõe os alu-

nos a uma condição de exclusão pelo despreparo e pela falta de estrutura para receber esses alunos (SASSAKI, 2013).

Por outro lado, as escolas para crianças com deficiência simplesmente agrupava as crianças conforme sua condição, com atividades muitas vezes incondizentes e que destoavam a realidade destes alunos. Dessa forma, verifica-se que a integração de alunos com deficiência e a sua inclusão ainda tem muito que ser trilhado. É importante que se rompa com paradigmas preconceituosos e que as escolas tenham uma visão diferente e mais otimista em relação à inclusão (SOARES, 2010).

Verifica-se que a integração não correspondia às demandas dos alunos com deficiência, eis que surgiu no final do século XX uma grande mobilização no sentido de promover a

inclusão desta clientela, considerando-se que o momento atual é de transição, uma vez que a integração se encontra presente em diversos segmentos da sociedade moderna e por essa razão não seria diferente com relação à educação.

História da Inclusão

O movimento inclusivo ganhou maior legitimidade a partir do fim do século XX quando primou pela formação e o desenvolvimento pleno de pessoas com deficiência e com a Constituição Federal de 1988 que elevou as pessoas até então excluídas da participação social ao patamar de cidadão com pleno gozo de direitos e deveres como todos os demais inclusive no que diz respeito à interação com os mesmos (SOARES, 2010).

Em relação a distinção

apresentada pelo tema na promoção de transformações na sociedade, verifica-se segundo Soares que:

De outro modo, distinguem-se no tema da inclusão por promover mudanças sociais e de seus processos evolutivos com o objetivo de assegurar o atendimento às suas necessidades específicas nas mais diversas esferas como a política, a econômica, a cultural e a social (SOARES, 2010, p. 89).

Destaca-se como marco mais importante para a inclusão a Declaração de Salamanca datada do ano de 1994, onde foram definidas as estratégias que objetivavam equiparar as oportunidades em relação ao processo educacional. Dentre as principais lições da Declaração de Salamanca estão a definição de “*pessoas portadoras*

de necessidades especiais”, conforme cita-se em diversos momentos ao longo desta pesquisa (GUEBERT, 2011).

A escola que tinha o reconhecimento, enquanto local do saber e tinha como missão contribuir na formação do cidadão se constituía no espaço fundamental onde a superação dessas barreiras de fato acontecia (VOIVODIC, 2010).

Nos dias atuais, o principal desafio que a educação especial tem que superar é o de sair da esfera de “apoio” e “assistencialismo” voltado para o atendimento de necessidades específicas de cada indivíduo em particular.

Ela é conceituada como um indivíduo que tem o direito a desenvolver não somente no campo emocional, físico e cognitivo tendo que ser enxergada em sua integralidade. Somente a partir

dessa concepção é que os modelos sociais do preconceito como os vemos hoje serão derrubados e a interpretação de “deficiência” ganhará uma nova conotação.

Com relação a aceitação de pessoas com deficiência no contexto educacional, preceitua Leal que:

É inegável que a aceitação dessas pessoas no meio educacional, mais especificamente no âmbito da Educação Infantil, ainda encontra muita resistência principalmente porque implica em modificações nos paradigmas educacionais conforme são conhecidos, de uma revisão nos papéis da educação (LEAL, 2012, p. 45).

Algo que parece ser complicado é seja abster-se do

preconceito que cada indivíduo carrega dentro de si, especialmente os que compõem a escola e tem a responsabilidade de promover uma educação igualitária que seja verdadeiramente para todos. Para que se obtenha êxito nesse processo, faz-se necessário o envolvimento de toda a comunidade educativa, promoção do ideal inclusivo; transformação de todos os componentes da sociedade (MARTINS, 2016).

Efetivar a inclusão requer a iniciativa de que o governo esteja apoiando por meio de políticas públicas de modo a remeter os educadores a uma reflexão sobre o processo inclusivo tornando-os propagadores da mesma, aceitando de forma sincera as diferenças entre os alunos e dando à escola o devido reconhecimento no sentido de que ela é um espaço heterogêneo desprovida de estigmas que estimulam a ex-

clusão em um processo educativo (LEAL, 2012).

A inclusão nas séries da Educação Infantil

Outro importante desafio está relacionado com a conscientização e aceitação da diversidade. A inclusão na educação infantil requer um ambiente inclusivo, onde todas as crianças se sintam valorizadas e respeitadas. Isso implica em desenvolver uma cultura de respeito, empatia e compreensão, tanto entre as crianças como também entre os adultos envolvidos no processo educativo.

Com relação ao comportamento aprendido, denota-se em Aries (1981, p. 90) que “nenhum gestor ou funcionário da educação nasce com o gene do preconceito”. A intolerância é assimilada e fomentada pela so-

cidade, muitas vezes resistente quando se trata de lidar com as diferenças. A discriminação surge da necessidade que temos de qualificar as coisas e os indivíduos dentro do que é socialmente considerado normal.

As crianças são repetidores na sociedade daquilo que aprendem em casa. Verifica-se que a resistência às pessoas com deficiência é fruto do desconhecimento sobre o assunto. Só quem tem mais contato sabe que elas podem se desenvolver se forem motivadas.

A inclusão nas séries do ensino fundamental e médio

A inclusão no ensino fundamental e médio é um tema de extrema importância e relevância, pois trata da garantia do acesso e da participação de todos os estudantes, independen-

temente de suas características, necessidades ou condições individuais. O objetivo da inclusão educacional é assegurar que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

A inclusão no ensino fundamental e médio envolve a criação de ambientes educacionais que acolham e atendam a diversidade de estudantes. Isso inclui aqueles com deficiências físicas, sensoriais, intelectuais ou múltiplas, bem como alunos com dificuldades de aprendizagem, transtornos do espectro autista, problemas de saúde mental, entre outros (MARTINS, 2016).

Uma das principais bases para a inclusão no ensino é o respeito à diversidade e a promoção de uma educação que valorize as diferenças individuais. Isso



implica em superar barreiras físicas, sociais e atitudinais, proporcionando recursos e estratégias adequadas para atender às necessidades educacionais de todos os alunos.

A inclusão no ensino fundamental e médio requer uma abordagem multidimensional, que envolve aspectos pedagógicos, estruturais e sociais. É fundamental oferecer um currículo flexível, adaptado e acessível, que considere as diferentes formas de aprender e os ritmos individuais de cada estudante. A promoção de metodologias pedagógicas inclusivas, como a aprendizagem cooperativa, o uso de recursos tecnológicos e a valorização da participação ativa dos alunos, também é fundamental (SASSAKI, 2013).

Além disso, é necessário investir em capacitação e formação continuada para os

professores, a fim de que estejam preparados para lidar com a diversidade de alunos e criar ambientes de aprendizagem inclusivos. O trabalho em equipe, envolvendo professores, especialistas e profissionais de apoio, também desempenha um papel crucial na garantia da inclusão no ensino fundamental e médio.

Outro aspecto relevante é a promoção de um ambiente escolar acolhedor, respeitoso e livre de discriminação, onde todos os alunos se sintam seguros e valorizados. A conscientização e a sensibilização de toda a comunidade escolar, incluindo pais, alunos e funcionários, são fundamentais para criar uma cultura inclusiva e combater estereótipos e preconceitos (MARTINS, 2016).

No entanto, é importante ressaltar que a inclusão no ensino fundamental e médio

não é um desafio a ser enfrentado apenas pelas escolas. É uma responsabilidade compartilhada por toda a sociedade, incluindo governos, legisladores, órgãos educacionais e a comunidade em geral. É necessário promover políticas públicas e investimentos adequados para garantir a infraestrutura, os recursos e o apoio necessários para a inclusão efetiva no sistema educacional.

A inclusão no ensino fundamental e médio é um processo contínuo, que requer esforços constantes para superar desafios e promover práticas educacionais inclusivas. Quando todas as crianças e adolescentes têm a oportunidade de aprender juntos, compartilhar experiências e desenvolver todo o seu potencial, a sociedade como um todo

Em relação a inclusão no ensino fundamental e médio,

verifica-se que, na opinião de Saad:

A inclusão no ensino fundamental e médio envolve uma série de aspectos importantes que devem ser considerados para garantir uma educação de qualidade e igualdade de oportunidades para todos os alunos (SAAD, 2013, p. 145).

Esses aspectos vão desde a criação de ambientes físicos acessíveis até a implementação de práticas pedagógicas inclusivas e a promoção de uma cultura escolar de respeito e valorização da diversidade. A seguir, são apresentados alguns dos aspectos mais relevantes envolvendo a inclusão no ensino fundamental e médio:

Acessibilidade física: É fundamental garantir que as instalações escolares sejam acessí-

veis a todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências físicas ou mobilidade reduzida. Isso envolve a eliminação de barreiras arquitetônicas, como rampas de acesso, corrimãos, banheiros adaptados e espaços adequados para a circulação de cadeiras de rodas.

Currículo adaptado e flexível: O currículo escolar deve ser adaptado para atender às necessidades individuais dos alunos, considerando suas habilidades, interesses e ritmos de aprendizagem. Isso implica em estratégias pedagógicas diferenciadas, recursos educacionais adequados e o uso de tecnologias assistivas, quando necessário (MARTINS, 2016).

Apoio pedagógico e suporte individualizado: Alunos com necessidades educacionais especiais podem requerer apoio pedagógico adicional para al-

cançar seu pleno potencial. Professores e profissionais de apoio devem ser capacitados para oferecer suporte individualizado, adaptando o ensino às necessidades específicas de cada aluno.

Formação e capacitação de professores: É essencial investir em programas de formação e capacitação para os professores, a fim de que estejam preparados para lidar com a diversidade de alunos em suas salas de aula. Isso inclui o desenvolvimento de habilidades para a implementação de estratégias pedagógicas inclusivas, o uso de recursos tecnológicos e a identificação de necessidades educacionais individuais.

Participação e envolvimento dos pais: A inclusão no ensino fundamental e médio requer o envolvimento ativo dos pais ou responsáveis pelos alunos. A colaboração entre família e escola é fundamental para identificar as

necessidades dos alunos, trocar informações e promover a continuidade do aprendizado e do suporte fora do ambiente escolar (SASSAKI, 2013).

Cultura escolar inclusiva: A promoção de uma cultura escolar inclusiva é essencial para criar um ambiente acolhedor e livre de discriminação. Isso envolve a conscientização e a sensibilização de toda a comunidade escolar, a promoção do respeito à diversidade, a valorização das diferenças e a prevenção de situações de bullying e exclusão.

Colaboração entre profissionais: A inclusão no ensino fundamental e médio requer um trabalho colaborativo entre diferentes profissionais, como professores, psicólogos, pedagogos, fonoaudiólogos e terapeutas ocupacionais. A troca de conhecimentos e experiências é fundamental para oferecer um suporte

integrado e efetivo aos alunos.

Avaliação inclusiva: A avaliação dos alunos deve ser realizada de forma inclusiva, levando em consideração as diferentes formas de aprender e demonstrar conhecimento. Mecanismos de avaliação flexíveis e adaptados devem ser implementados para garantir que todos os alunos sejam avaliados de maneira justa e coerente com suas habilidades e necessidades.

A inclusão no ensino fundamental e médio não se trata apenas de assegurar a presença de alunos com deficiências ou necessidades especiais nas escolas, mas sim de criar um ambiente educacional inclusivo, diverso e enriquecedor para todos. Ao considerar esses aspectos importantes, é possível promover uma educação inclusiva que valorize a igualdade de oportunidades e contribua para o desenvolvimen-

to pleno de cada aluno.

O papel da educação

Os desafios da inclusão na educação infantil são variados e multifacetados. Um dos principais obstáculos está na identificação e atendimento das necessidades individuais de cada criança. Cada criança é única e traz consigo um conjunto diversificado de habilidades, talentos e desafios. Portanto, é fundamental que os professores estejam preparados para adaptar suas práticas pedagógicas e oferecer um ambiente acolhedor e estimulante para todas as crianças, independentemente de suas diferenças.

Além disso, a falta de recursos e de capacitação adequada para os educadores também é um desafio significativo. A inclusão demanda estratégias específicas, materiais adapta-

dos e suporte especializado para atender às necessidades individuais das crianças. Sem recursos adequados e formação contínua, os educadores podem se sentir despreparados para lidar com as demandas e desafios que surgem ao incluir crianças com necessidades especiais na sala de aula.

Conforme Kamii (1991, p. 33) “trata-se de uma concepção que deve ser inerente à prática pedagógica”. Quando não há informação, se torna angustiante para o professor receber esse aluno e lidar com ele. O trabalho em equipe leva todos os educadores e funcionários a desempenhar de maneira mais eficiente seu papel nessa área.

A instituição de ensino e a postura do Professor

Como já explicado ante-



riormente, o processo educativo inclusivo requer o envolvimento de todos os segmentos da sociedade. Entretanto, até os dias atuais esse processo de ensino-aprendizagem contínua direcionado para limitações; limites estes que foram estabelecidos por preconceitos originários nas concepções do modelo médico de deficiência, ao conceber a pessoa portadora de deficiência como um ser doente e/ou ser inferior, incapaz de pensar, de aprender, de trabalhar, de ter amigos e também de convívio social (SAAD, 2013).

Dessa forma, a escola assim como os professores não pode negar que todo aluno com deficiência possui suas particularidades e são sujeitos singulares.

Finalmente, estas crianças merecem todo nosso respeito e nosso apreço porque o respeito com eles é o respeito com todos

os seres humanos, com toda a sociedade porque assim como os demais também são dotados de sentimentos próprios das outras crianças e possuem limitações, ritmo de aprendizagem e interesses peculiares (OLIVEIRA, 2011).

Interagir para aprender

Segundo Piaget (1978, p. 31) quando recebe o aluno com deficiência é corriqueiro que “o professor sinta-se apreensivo e achando que não conseguirá ensiná-lo a contento”. Diante deste desafio, deve-se buscar informações com colegas que já haviam vivenciado tal situação e pesquisar conteúdo.

Trata-se de crianças muitas delas simpáticas e alegres, e que, necessitam muitas vezes estar com outras crianças correspondentes a sua idade mental



para que a interação ocorra de forma mais harmoniosa.

Ainda em Piaget verifica-se que

Trabalhando-se dessa forma, promove-se uma interação bem mais consistente a exemplo de trabalhos com leituras, e principalmente, trazendo os devidos esclarecimentos para a turma, fica mais fácil a convivência. E inclusive o processo de aprendizagem a partir de uma formação mais participativa da criança com deficiência (PIAGET, 1978, p. 45).

Constitui-se uma oportunidade de afirmar para os alunos que as diferenças fazem a turma ficar ainda mais interessante, pois sempre se tem muito a aprender com o outro e respeitá-lo já é um grande aprendizado.

A presença de crianças com deficiência na Educação Infantil traz uma oportunidade de conviver com as diferenças na sala de aula.

A solidariedade e a cooperação ganham um novo significado de compreensão e diálogo na sala de aula. A inclusão implica meramente em garantir sua presença na escola; é preciso garantir seus direitos de cidadã e a possibilidade de ter uma educação verdadeiramente de qualidade.

Segundo Dornas:

A escola deve proporcionar múltiplas aprendizagens e vivências e nesse contexto enriquece seu universo a partir da diversidade de visões, de opiniões e de situações. Ao desenvolver esse trabalho, deve-se considerar sua importância no processo de inclusão

de crianças portadoras de necessidades especiais (DORNAS, 1997, p. 90).

É importante que a escola traga todas as possibilidades para que o aluno com deficiência tenha condições de participar, de aprender e de interagir com outras crianças contribuindo dessa forma, de maneira positiva na sua formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É possível concluir que a inclusão ainda tem um longo caminho a ser trilhado para superar os desafios que se apresentam no contexto educacional.

Por meio de um trabalho inovador, criativo e que busque desenvolver efetivamente as potencialidades da criança portadora de necessidades especiais e simultaneamente promover a sua

integração com o restante da sala de aula é um trabalho muito prazeroso e que traz muita satisfação e realização profissional para o educador que o realiza.

Conviver com as diferenças é construir um ambiente favorável e positivo, e todos têm muito a ganhar nestas situações. As crianças com necessidades especiais têm uma história de exclusão na sociedade brasileira como foi possível constatar ao longo deste trabalho. Já houve tempo em que eram afastadas totalmente do convívio social, pois as diferenças eram vistas como maldição.

A partir do século XIX, iniciou-se a chamada segregação institucional onde as pessoas com deficiência tinham um tratamento excludente tanto de seus familiares quanto da própria sociedade e estes eram vistos como pessoas diferentes e que



deveriam conviver tão somente com outras pessoas consideradas deficientes.

Em consideração aos desafios da inclusão na educação infantil, é importante ressaltar que a busca pela equidade e pela igualdade de oportunidades na educação é um processo contínuo e complexo. A inclusão não se trata apenas de colocar crianças com necessidades especiais ou diferentes em salas de aula regulares, mas de criar ambientes educacionais que acolham e valorizem a diversidade de todas as crianças.

Para superar esses desafios, é fundamental investir em políticas públicas que promovam a inclusão na educação infantil, garantindo recursos adequados, formação e apoio aos educadores. É preciso proporcionar oportunidades de aprendizado e crescimento para todas as crian-

ças, reconhecendo suas individualidades e adaptando as práticas pedagógicas para atender às suas necessidades específicas.

Além disso, é imprescindível promover uma cultura de inclusão e respeito desde cedo, tanto nas escolas como na sociedade em geral. Isso implica na sensibilização de toda a comunidade educativa, incluindo os pais e os colegas de classe, para que todos possam compreender e valorizar a diversidade como uma riqueza e um elemento enriquecedor do processo educacional.

Ao superar os desafios da inclusão na educação infantil, estaremos construindo uma sociedade mais justa e inclusiva, onde todas as crianças tenham a oportunidade de desenvolver todo o seu potencial, independentemente de suas diferenças. A educação é uma ferramenta poderosa para promover a igual-

dade e a inclusão, e é nosso dever coletivo garantir que todas as crianças sejam atendidas de forma adequada e respeitosa em seu percurso educacional.

Portanto, enfrentar os desafios da inclusão na educação infantil é uma responsabilidade compartilhada por educadores, famílias, comunidades e governos. Somente através do compromisso coletivo e da implementação de políticas inclusivas é que poderemos construir um futuro mais justo e igualitário para todas as crianças.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARIES, Philippe. **Historia social da criança e da família**. Guanabara, Rio de Janeiro, 1981.

ASSIS, Múcio Camargo de. **Propre – Fundamentos teóricos**.

Unicamp, Campinas, 2000.

BOMTEMPO, Luzia. **Alfabetização com sucesso**. Belo Horizonte, 2002.

BISSOTO, M. L. **O desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do portador de Síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais**. Ciências & Cognição. Ano 02. Vol. 04, mar/2011. Disponível em www.cienciasecognicao.org. Acessado em 11/10/2022.

CONFERÊNCIA MUNDIAL SOBRE NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília, CORDE, 1994.

DORNAS, Roberto Geraldo de Paiva. **Diretrizes e bases da**



- educação nacional: comentário e anotações.** Modelo Editorial, Belo Horizonte, 1997.
- GUEBERT, Miriam Célia Castellain. **Inclusão: uma realidade em discussão.** 2º ed. Curitiba: Ibpex, 2011.
- KAMII, Constance. **Jogos em grupo na educação infantil: implicações da teoria de Piaget.** Trajetória Cultural, São Paulo, 1991.
- LEAL, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 23º ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar. O que é? Por quê? Como fazer?** Moderna, São Paulo, 2003.
- PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança – imitação, jogo e sonho, imagem e representação.** Zahar, Rio de Janeiro, 1978.
- MARTINS, L. A. R.; PIRES, G. N. L.; MELO, F. R. L. V. (Orgs.). **Inclusão: compartilhando Saberes.** 2. ed. Petrópolis. R.J.: Vozes, 2016.
- SAAD, S.N. **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação à pessoa com síndrome de Down.** Rev. Bras. Educ. Especial, 9 (1), 57-78, 2013.
- SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2013.
- SOARES FILHO, José Camilos; GAMBOA, Silvio Sánchez (Org.). **Pesquisa educacional: quantidade-qualidade.** 6º ed. São

Paulo: Cortez, 2010.

UNESCO. Declaração mundial de educação para todos. **Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem.**Tailândia, 1990.

VOIVODIC, Maria Antonieta. **Inclusão Escolar de Crianças com Síndrome de Down.** 4º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.